

ÁREA TEMÁTICA: Cooperativismo

**ORGANIZAÇÕES AGRÍCOLAS FAMILIARES DO SEMIÁRIDO
ALAGOANO E SUAS AÇÕES COM PERSPECTIVAS DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA**

36º ENANGRAD

Resumo

O tema Responsabilidade Social Corporativa (RSC) faz parte das ações formais de organizações dos setores público, privado e terceiro setor, tanto em âmbito urbano quanto rural, que buscam se destacar em seus respectivos segmentos de atuação. No entanto, há organizações que não atuam com RSC formalmente, mas, a praticam. Assim sendo, o objetivo do estudo é identificar, em organizações da agricultura familiar do semiárido alagoano, ações com perspectivas de RSC. O referencial teórico está centrado no tema RSC. O delineamento metodológico é de abordagem qualitativa, do tipo subjetivista, utiliza dados secundários, todos extraídos de prints das redes sociais das organizações participantes. Para interpretar os dados, as ferramentas do método análise de conteúdo (AC) possibilitaram a criação de categorias representativas das atividades cotidianas dessas organizações, interpretadas e discutidas à luz do tema RSC. Os resultados indicam que as organizações se comunicam e se posicionam socialmente ao promoverem suas ações e valores e que estas se aproximam da perspectiva da RSC, ainda que sem realizá-las formalmente, nas seguintes perspectivas: uso racional de recursos naturais, desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos, apoio a iniciativas ambientais, engajamento de colaboradores e contribuição para a sustentabilidade.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social Corporativa; Semiárido; Alagoas; Análise de Conteúdo.

ABSTRACT

The theme of Corporate Social Responsibility (CSR) is part of the formal actions of organizations in the public, private and third sectors, both in urban and rural areas, which seek to stand out in their respective segments of activity. However, there are organizations that do not work with CSR formally, but practice it. Therefore, the objective of the study is to identify actions that reflect the CSR perspective in family farming organizations in the semi-arid region of Alagoas. The theoretical framework is centered on the theme of CSR. The methodological design is a qualitative, subjectivist approach, using secondary data, all extracted from prints of the social networks of the participating organizations. To interpret the data, the tools of the content analysis (CA) method allowed the creation of categories representative of the daily activities of these organizations, interpreted and discussed in light of the CSR theme. The results indicate that organizations communicate and position themselves socially, when promoting their actions and values and that these approach the CSR perspective, even without carrying them out formally, in the following perspectives: rational use of natural resources, development of environmentally friendly products, support for environmental initiatives, employee engagement and contribution to sustainability.

Keywords: Corporate social responsibility; semi-arid; Alagoas.

1. Introdução

O semiárido brasileiro compreende 1 milhão de km², envolve os estados do Nordeste e 2 do Sudeste (MG e ES) e é o mais habitado do planeta (IBGE, 2021). Seu bioma, a Caatinga, é exclusivo do Brasil, possui rica biodiversidade, práticas tradicionais e condições ambientais extremas em sua vegetação composta por espécies xerófitas, tipo mandacaru e xique-xique, que, devido as condições de aridez, equilibram o ecossistema ecológico (Albuquerque; Andrade, 2002). O clima tem altas temperaturas, as chuvas são irregulares, seu solo é raso e de baixa fertilidade, desafiando o manejo hídrico e práticas agrícolas (INSA, 2023). Por conta disso, práticas como o desmatamento para obter lenha ou expandir a monocultura, intensificam o processo de desertificação e sua sustentabilidade (EMBRAPA, 2020).

Resilientes a Caatinga, a agricultura familiar (AF) local alcança subsistência e vai além, beneficiando frutas nativas, tipo umbu e cajá, gerando renda às comunidades locais (Moraes *et al*, 2024). Isso, inclusive, poderia ser replicado em comunidades com potenciais similares, mas, devido a baixa integração em cadeias produtivas locais, limita seu potencial de crescimento (ASA, 2024).

A baixa integração remete aos desafios históricos, que constituiu o semiárido por meio de desigualdades, com insegurança hídrica e ausência de infraestrutura adequada, ao revelar que 60% das famílias dependem de soluções emergenciais para obter água com carros-pipa e 40% vivem abaixo da linha da pobreza, o que impacta a qualidade de vida, capacidade de produção e acesso a serviços como saúde, educação e saneamento (INSA, 2023; IBGE, 2021).

O pouco acesso à tecnologia dificulta a adoção de práticas modernas para que a AF acessar mercados maiores, ficando restrita aos ciclos de baixa produtividade e de subsídios governamentais (Chicovela, 2024).

Devido a cenários geográficos como o brasileiro, foi implementada a agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para tratar do aumento das temperaturas e da redução da umidade do solo que intensificam os ciclos de seca (INSA, 2023), capazes de gerar desertificação no semiárido, afetando o território e ameaçando a biodiversidade e as seguranças alimentar e econômica.

Não a toa que, a ONU definiu que 2014 seria o ano Internacional da AF. No Brasil, desde 2006, a Lei da AF, Nº 11.326/2006, definiu a propriedade de AF a que tivesse até quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente mão-de-obra familiar e a renda é gerada da propriedade (EMBRAPA, 2014).

Deste cenário sócio climático nacional, como recorte temporal da situação da AF no semiárido brasileiro até o final dos anos 1990, políticas e programas públicos se voltaram ao combate à seca, com soluções imediatistas, sem investimento em infraestrutura de longo prazo e autonomia sustentável (ASA, 2024). Porém, desde 1999, com a criação da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), renova-se a resiliência por meio de iniciativas locais e de baixo custo, legitimadas pelo Governo Federal, especialmente as cisternas, tecnologias sociais vinculadas a programas como "1 Milhão de Cisternas" (P1MC) e 1 Terra e 2 Águas (P1+2), que, conforme Andrade (2024) e Lins (2024), captam águas das chuvas e trazem soluções acessíveis e sustentáveis para transformar a realidade, gerando qualidade e renda.

Outras tecnologias sociais como quintais produtivos e sistemas agroecológicos demonstram melhoras nas condições de vida locais, como os Sistemas Agroflorestais (SAFs) que combinam, em um mesmo espaço, o cultivo de alimentos e preservação da vegetação nativa, diversificada (ASA, 2024).

Esse percurso institucional pós anos 2000 fez com que organizações locais articulassem comunidades e políticas públicas, legitimando: saberes tradicionais e práticas para fortalecer o tecido social (Santos *et al*, 2023); as cadeias produtivas locais para organizar pequenos produtores em torno de objetivos comuns, negociando melhores condições de comercialização e acessando insumos (EMBRAPA, 2020); e capacitações técnicas, incluindo programas de treinamento agrícolas, gestão de negócios e sustentabilidade.

Do semiárido que ocupa 15% do território nacional e 70% do nordestino, um de seus estados, Alagoas, que ocupa 3,4% do nacional e 46% do estadual, possui 42 municípios dentro do semiárido, com 948.4 mil habitantes e 12.500 Km² de dimensão (GOV.AL, 2022; Brasil, 2024; ASA, 2024).

Neste recorte do semiárido há organizações inerentes à lógica da ASA que, para o Sebrae (2021), fortalecem práticas agroecológicas promotoras de segurança alimentar e redutoras da dependência de insumos externos similares às de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

Neste sentido, o objetivo do estudo é identificar, em organizações da AF do semiárido alagoano, ações com perspectivas de RSC. Para alcançá-lo, são delineadas as etapas: descrever o panorama das ações de organizações locais; e relacionar tais ações à teoria de RSC.

Para considerar o *lôcus* do estudo foram selecionadas organizações cujos critérios seriam: microrregião Sertão ou Agreste; inerentes à lógica da ASA; e com redes sociais ativas. O resultado foi 7, de 4 municípios: i) Sertão: Veredas da Caatinga (Delmiro Gouveia); e Complexo Arqueológico Pegadas da Caatinga (Olho D'Água do Casado); e ii) Agreste: Xucuru-Kariri, Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa de Alagoas (COOPCAM) e Escola Caribé (Palmeira dos Índios); e Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA) (Igaci).

Como justificativa científica, para enriquecer o debate sobre RSC no contexto do semiárido, na busca por artigos sobre “RSC”, no Qualis CAPES, da plataforma Sucupira, na área de Administração, dos estratos A1 a B3, triênio 2017-2020, oriundos de periódicos que tivessem ao menos uma das expressões “Administração”, “Organizações”, “Gestão”, “Sustentabilidade”, “Agricultura” e “Agroecologia”, foram encontrados 122 periódicos e 23 artigos (A1 – 1; A2 – 4; A3 – 5; A4 – 3; B1 – 4; B2 – 5; B3 – 1) onde o semiárido não faz parte dessa discussão.

Na prática, o estudo reforça às cooperativas do semiárido a vinculação de suas estratégias cotidianas à RSC, como diferencial na submissão de projetos e na busca por parcerias. Da introdução, segue a: teoria, sobre RSC; método, sobre Análise de Conteúdo (AC); descrição dos dados; e considerações.

2 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A perspectiva sobre RSC se transformou de ações filantrópicas no século XX a estratégias organizacionais, no XXI (Silva; Gomes, 2024). Quando filantrópicas, eram assistencialistas, voltadas a atenuar desigualdades ou atender demandas imediatas das comunidades (Souza, 2024). Porém, não integradas aos propósitos organizacionais, sem impactos de longo prazo.

Nas décadas de 1970 e 80, incorpora-se a RSC aos propósitos (Drucker, 1992), quando a defesa era das avaliações das dimensões econômica, legal, ética e filantrópica, de modo estruturado (Carroll, 1991).

A temática se intensificou entre os anos 1990 e 2000 com abordagens tipo *triple bottom line* voltadas ao desempenho organizacional mensurado não apenas financeiramente, mas por impactos socioambientais (Elkington, 1997). E nos anos 2020, são concretizadas novas ferramentas de avaliação, como os relatórios de gestão tipo *Environmental, Social, and Governance (ESG)*.

No Brasil, a relevância da RSC se deu nos anos 1990, com a criação do Instituto Ethos que disseminou sobre práticas sustentáveis e conscientização do papel social das organizações (Souza, 2024). Além disso, houve adesão de organizações às iniciativas globais, como o Pacto Global da ONU, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) sobre erradicação da pobreza, igualdade de gênero, ação climática e desenvolvimento econômico sustentável (Torres *et al*, 2024) para impulsionar políticas e práticas em que as organizações melhorem sua reputação e atraiam parcerias e investimentos (Galvão, 2024).

Desta perspectiva histórica, transparência, ética e impacto social sustentam a RSC (Pereira *et al*, 2024), quando a transparência comunica as práticas aos interessados, promove confiança e legitimidade. A ética assegura que as práticas não sejam apenas para fins de *marketing*, evitando o “*greenwashing*” que, para Santos (2024), enfraquece o conceito e prejudica as organizações dedicadas a promoverem mudanças. E impacto social reflete às mudanças reais na qualidade de vida e no equilíbrio socioambiental (Silva, 2018).

A RSC também varia por setor e porte. Na indústria, a ênfase está nas iniciativas ambientais, como reduzir emissões de carbono e o uso responsável dos recursos naturais (Bongiovanni; Anacleto 2024). Na agricultura, práticas agroecológicas e iniciativas combinam produtividade e preservação ambiental, especialmente onde há subsistência dos recursos naturais (Lima, 2019).

Às organizações de menores portes, o desafio está na falta de capacitação técnica para implementar e monitorar iniciativas de RSC em contextos de maior vulnerabilidade e com recursos escassos (Chaves; Vieira; Bernardo-Rocha, 2008). Quando não há apoio governamental consistente, enfrentam dificuldades e buscam soluções autônomas, descontinuadas (Lima, 2019).

Já sobre as motivações para a adotar práticas socialmente responsáveis, corporações e associações diferem. Enquanto àquelas utilizam como ferramenta estratégica para melhorar sua reputação ou atender exigências regulatórias, estas possuem motivação endógena, compromisso com o bem-estar dos membros e o impacto na comunidade local, para gerar impactos duradouros e perceptíveis, embora enfrentem limitações de escala e recursos disponíveis (Lins *et al*, 2019).

De todo modo, as organizações são acompanhadas por seus *stakeholders*, cujo apoio é crucial para suas continuidades através da RSC, os informando sobre como lidar com os impactos ambientais e sociais gerados (Almeida *et al*, 2018).

As organizações devem adaptar às agendas sustentáveis à necessidade de mudança de mentalidade, reconhecimento da inovação como oportunidade para gerar valor de longo prazo, com estratégias de RSC resilientes como fator decisivo.

3 Metodologia

Este estudo é de abordagem qualitativa, caráter descritivo e interpretativo e, à Administração, revela a subjetividade na interpretação dos dados (Siqueira; Avelar;

Alcântara, 2024) em relação às ações com perspectivas de RSC, em organizações do semiárido alagoano, ou seja, conforme Silva (2018), fundamentado na compreensão contextualizada, em uma região com desafios estruturais.

Quadro 01. Sequência das ferramentas da AC

1. Pré-análise (organizar material)	Leitura flutuante	Contato com documentos para gerar as primeiras impressões analíticas	Acesso ao conteúdo das redes sociais
	Escolher e organizar o material	Buscar exaustividade (material disponível), representatividade (fiel ao objetivo) e homogeneidade	Foco nas postagens dos <i>Instagrams</i> e <i>Facebooks</i>
	Construir o corpus	Material textual coletado	78 <i>prints</i> (média de 11 por organização)
	Formular objetivos	Fundamentados no quadro teórico	RSC
	Elaborar indicadores	Realizar recortes dos textos; Grade aberta (indutiva); Focar em temas (textos e imagens)	Elementos: palavras, trechos de frases, expressões, imagens
2. Explorar o material	Definir sistema de categorias	O amadurecimento dos indicadores	Ações que representam a perspectiva de RSC
	Relação teórica	A teoria, por mérito, apoia os dados empíricos	
3. Tratar e interpretar	Condensação	(Re)agrupar categorias até a saturação	Categorias finais: Rede Social; Visitações; Público-alvo; Estrutura; Temas; Ramo; Objetivo
	Interpretação		
	Intuição/reflexão/criatividade		

Fonte: adaptado de Bardin (2010)

Os dados coletados foram secundários, mais ágeis e acessíveis (Faccin; Martins, 2022), devido a impossibilidade para coletar *in loco*, obtidos nas redes sociais das organizações, *Instagrams* e *Facebooks*, a partir de 3 critérios:

i) Representar Sertão e Agreste do semiárido alagoano, adeptos à lógica da ASA e com redes sociais ativas. Foram identificadas 7 organizações, de 4 municípios: i) Sertão: Veredas da Caatinga (Delmiro Gouveia); e Complexo Arqueológico Pegadas da Caatinga (Olho D'Água do Casado); e ii) Agreste: Xucuru-Kariri, COOPCAM e Escola Caribé (Palmeira dos Índios); e AAGRA (Igaci); ii) Acessar postagens das redes sociais; e iii) Interpretar os dados coletados na sequência das ferramentas da AC.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Esta etapa envolve descrever a perspectiva das organizações; e relacionar dados empíricos aos teóricos.

4.1 Perspectiva das organizações

No Sertão alagoano, ao interpretar a Veredas da Caatinga, são identificadas postagens com foco em trilhas ecológicas, que ocorrem durante o dia, por meio da mata e entre as rochas (afloramentos rochosos e lajedos), tipo educativas, para adolescentes e jovens de escolas públicas.

São realizadas por instrutores locais, que divulgam o geoturismo e a cultura local, a partir do público, o que demonstra a capacidade da organização de adaptar os relacionamentos com *stakeholders*, com visão estratégica integrada ao propósito organizacional (Machado *et al*, 2022).

Sua logomarca destaca a fauna e a flora da Caatinga, como árvores locais, o rio São Francisco e figuras rupestres. Para atrair a atenção à geografia local são realizadas paradas e rodas de conversas debaixo das grandes rochas. Busca-se diferencial competitivo, impulsionando a sustentabilidade (Noskoski *et al*, 2024).

A proximidade da organização aos beneficiários amplifica o impacto de suas iniciativas (Ferreira, 2022) e a Veredas da Caatinga promove práticas agroecológicas de RSC, por oferecer ecoturismo interpretativo, conectando pessoas à natureza, ao apresentar seus trabalhos.

Quadro 02 – Indicadores destaques iniciais da Veredas da Caatinga

Elementos	Indicadores
Instagram; Facebook	Rede social
Trilhas; fauna e flora; afloramentos rochosos; lajedos; figuras rupestres	Visitações
Adolescentes; jovens	Público-alvo
Instrutores locais	Estrutura
Geoturismo; cultura; contextualização	Temas

Fonte: elaboração própria

O Complexo Arqueológico Pegadas da Caatinga está localizado em um sítio arqueológico, com pinturas e gravuras rupestres de mais de 8 mil anos. A associação administra o complexo, promove o turismo cultural, ecológico e sustentável e realiza visitas guiadas aos 47 sítios, onde os visitantes exploram sua ancestralidade, em trilhas conduzidas por guias locais. Ou seja, via adesão voluntária de seus integrantes locais.

São realizadas oficinas de educação patrimonial aos moradores, capacitando-os a atuarem como guias e promoverem preservação. Isso revela que a RSC abrange governança, transparência, ambiente, relações comunitárias (Semensato *et al*, 2023) e autonomia (Sebrae, 2021).

O incentivo à produção de artesanato e gastronomia locais são inspirados nas figuras rupestres. O que gera emprego, renda, fortalece a comunidade (Sebrae, 2021) e equilibra os interesses econômicos e de solidariedade (Ailos, 2021).

O investimento na preservação cultural e ambiental, com o turismo sustentável e a educação patrimonial, garante a conservação às futuras gerações. Isso se materializa por meio de parcerias com órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que adapta suas ações por meio de relacionamentos com *stakeholders* (Machado *et al*, 2022).

Quadro 03 – Indicadores destaques iniciais da Pegadas da Caatinga

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Turismo cultural, ecológico e sustentável na região	Visitações
Público em Geral	Público-alvo
Instrutores locais	Estrutura

Fonte: elaboração própria

No Agreste alagoano, no MTC, as postagens defendem os direitos e melhorias das condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais e a luta por inclusão social, justiça econômica e autonomia dos trabalhadores do campo, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade. Ou seja, na busca por um futuro equitativo e sustentável.

O MTC fomenta a produção agrícola sustentável e fortalece à agricultura familiar, promove a comercialização justa dos produtos do campo e evita a exploração das grandes empresas. Para a RSC, é crucial conscientizar o foco organizacional nos âmbitos profissional e pessoal (Júnior, 2022).

Quadro 04 – Indicadores destaques iniciais do MTC

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Produção agrícola sustentável	Ramo
Trabalhadores do campo	Público-alvo

Fonte: elaboração própria

A comunidade indígena Xucuru Kariri compartilha sua cultura, tradições e lutas, como a extensão natural de suas estratégias organizacionais (Drucker, 1992). Sobre promoção cultural, compartilha eventos tipo o Dia dos Povos Indígenas.

E se o cooperativismo é uma força transformadora, que equilibra interesses econômicos, justiça social e solidariedade (Ailos, 2021), as postagens sobre o Colégio Estadual Indígena Xucuru Kariri evidenciam o compromisso com a educação, promovendo a valorização indígena e o acesso à educação.

As postagens das entregas de novas casas na comunidade reflete os esforços para melhorar as condições de vida local, com destaque para a atuação do Ministério Público. Ou seja, isso fortalece a relação com o Estado a partir do cooperativismo como um instrumento de transformação (Semensato *et al*, 2023).

A demarcação de terras locais evidencia a busca por reconhecimento e respeito aos direitos territoriais, já que, para Almeida *et al* (2018), os sujeitos locais sabem lidar com os impactos ambientais e sociais gerados.

Quadro 05 – Indicadores destaques iniciais do Xucuru-Kariri

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Cultura, tradições e lutas	Ramo
Povos Indígenas	Público-alvo

Fonte: elaboração própria

A COOPCAM promove, similar à RSC, iniciativas que visam bem-estar social, ambiental e econômico dos associados e comunidade local (Júnior, 2022). Com destaque a contribuição para o desenvolvimento sustentável local por meio de programas voltados à agricultura responsável, para fortalecer a posição organizacional (Noskoski *et al*, 2024).

São compartilhados conteúdos sobre o uso de práticas agrícolas sustentáveis e preservação dos recursos naturais da região para contribuir com a economia local,

sem comprometer o meio ambiente. Segundo Rosa (2024), foca na qualidade de vida e na manutenção do meio ambiente.

Se uma cooperativa representa a sociedade de pessoas por adesão voluntária, com gestão democrática e retorno proporcional dos resultados, capaz de conscientizar as pessoas nos âmbitos profissional e pessoal (Silva, 2021), a COOPCAM promove educação financeira aos associados, com informações sobre planejamento e investimentos para gerar engajamento, para que os membros incentivem a participação ativa dos demais em campanhas de apoio social, como arrecadação de alimentos e eventos de conscientização e saúde. Tudo isso exemplifica um ciclo virtuoso, onde os benefícios alcançam diretamente associados e comunidade local (Chaves; Vieira; Bernardo-Rocha, 2008).

Quadro 06 – Indicadores destaques iniciais da COOPCAM

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Desenvolvimento sustentável	Ramo
Comunidade local	Público-alvo

Fonte: elaboração própria

Outra organização, a Escola Ambiental Francisco Caribé, promove a educação ambiental e o engajamento comunitário. Suas iniciativas vão além do simples compartilhamento de atividades educacionais, pois adota uma abordagem que integra a prática ambiental ao cotidiano dos alunos e comunidade local. Os dados indicam que a escola é um ponto de referência na construção de uma consciência socioambiental no município. Suas temáticas estão voltadas à valorização da biodiversidade local e do uso sustentável dos recursos naturais.

A escola realiza atividades para o contato direto com a natureza, como caminhadas ecológicas e eventos ao ar livre, onde alunos e comunidade são estimulados a observar e respeitar os ecossistemas ao seu redor, incluindo o uso de plantas com fins medicinais. Como afirma Rosa (2024), o impacto social é o principal critério para avaliar a RSC, desde que reflita mudanças na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente.

A integração de jovens e adolescentes ocorre nas discussões sobre agroecologia, saúde comunitária e direitos sociais. A visita de jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) demonstra seu compromisso em formar cidadãos conscientes de seu papel socioambiental.

Seu projeto destaque Agroecologia Camponesa e Promoção da Saúde no Campo e na Cidade exemplifica como a escola integra as dimensões ambiental, social e de saúde, ao promover um modelo de educação para além da sala de aula.

Quadro 07 – Indicadores destaques iniciais da Escola Francisco Caribé

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Prática ambiental ao cotidiano de alunos e da comunidade local	Iniciativa
Adolescentes; jovens e comunidade local	Público-alvo
Educação ambiental	Temas

Fonte: elaboração própria

E a AAGRA, ao aproximar a visão de Silva (2018), destaca a importância dos modelos de RSC, evidenciando as práticas geram benefícios sociais e competitividade. Nesse contexto, suas atividades e projetos engajam a comunidade. Por meio de iniciativas voltadas à sustentabilidade e inclusão social, adota práticas que alinham seu compromisso social às estratégias de desenvolvimento regional, como no edital do FUNDECI/AGRONORDESTE.

Em momentos críticos, como na pandemia de COVID-19, a AAGRA se mobilizou para minimizar os impactos comunitários com apoio da Fundação Banco do Brasil (FBB) e parceiros, onde realizou ações para apoiar famílias locais. Ou seja, o impacto social é o critério para gerar melhoras ambientais, mas, também, qualidade de vida (Silva, 2021).

Quadro 08 – Indicadores destaques iniciais da AAGRA

Elementos	Indicadores
Instagram	Rede social
Melhoria da qualidade de vida no campo	Objetivo
Comunidade local, Agricultores e Produtores Rurais	Público-alvo

Fonte: elaboração própria

4.2 Panorama com as organizações participantes

A rede social *Instagram* é a mais utilizada para promover ações de impacto social, cultural e ambiental, voltadas ao desenvolvimento sustentável e fortalecimento das comunidades locais. E todas explicitam seu público-alvo.

A Veredas da Caatinga (VC) e o Complexo Pegadas da Caatinga (CAPC), oferecem trilhas ecológicas educativas, focadas em geoturismo e valorização da fauna e flora, proporcionando experiências de conscientização ambiental. O MTC, foca na inclusão social, melhoria das condições de vida dos agricultores e promove uma agricultura sustentável e justa econômica.

Já a Comunidade Indígena Xucuru Kariri (CIXK) fortalece sua identidade cultural e reivindica direitos territoriais ao focar na luta e conscientização territorial. E a COOPCAM foca em desenvolvimento sustentável, educação/autonomia financeira dos associados e qualidade de vida. A Escola Ambiental Francisco Caribé (EAFC) integra educação ambiental e cotidiano, incentivando práticas sustentáveis e a valorização da biodiversidade. E a AAGRA, promove sustentabilidade no campo e capacita seus jovens em desenvolvimento rural.

Essas iniciativas refletem o compromisso com o desenvolvimento social, econômico e ambiental local e o bem-estar coletivo. Esse fortalecimento comunitário emerge como um benefício central das práticas de RSC. Organizações assim mantêm uma relação estreita e horizontalizada com as comunidades em que atuam, promovem inclusão social e ampliam o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, capacitação, alfabetização, qualificação técnica e empreendedorismo.

Para sintetizar e saturar os indicadores, oriundos do *corpus*, o indicador “rede social” foi amadurecido e mantido. Assim também os elementos adolescentes, jovens, adultos, agricultores e indígenas sobre o indicador “público-alvo”. Já os elementos que constituíram, inicialmente, o indicador “estrutura”, ao revisar os dados, foi percebido que outras ações, para além da questão das visitas, eram

desenvolvidas nas organizações, o que enriqueceu àquele indicador com os elementos associados e comunidades, emergindo o indicador “funções internas”.

Quanto aos elementos constituintes dos indicadores “visitações”, “temas”, “ramo”, “iniciativas” e “objetivos”, em todos indicavam aspectos e ações sobre o quanto tais indicadores eram inerentes aos conhecimentos repassados aos públicos externo (visitantes, turistas etc) e interno (associados, cooperados e agricultores) e o quanto estavam para além da subsistência, ou seja, para a comercialização dos excedentes de produção e pela prestação de serviços.

Quadro 09 – Síntese dos Indicadores destaques iniciais para cada organização

VC	PAPC	MTC	CIXK	COOPCAM	EAFC	AAGRA
Rede social	Rede social	Rede social	Rede social	Rede social	Rede social	Rede social
Visitações	Visitações	-	-	-	-	-
Público-alvo	Público-alvo	Público-alvo	Público-alvo	Público-alvo	Público-alvo	Público-alvo
Estrutura	Estrutura	-	-	-	-	-
Temas	-	-	-	-	Temas	-
-	-	Ramo	Ramo	Ramo	-	-
-	-	-	-	-	Iniciativa	-
-	-	-	-	-	-	Objetivo

Fonte: elaboração própria

Desta síntese os indicadores foram enriquecidos, para: “conhecimento ao público externo”, ao tratar das rodas de conversa, oficinas ofertadas, agricultura, cultura, educação ambiental e visitas; “conhecimento ao público interno”, reforço aos participantes locais sobre o patrimônio histórico, direitos, educação financeira e práticas sustentáveis, voltados ao propósito da organização; e “comercialização”, com as trilhas, caminhadas, comidas, bebidas e artesanato.

Quadro 10 – Elementos constituintes dos indicadores amadurecidos para cada organização

Organizações	Indicadores					
	Rede social	Público-alvo	Funções internas	Conhecimento ao público:		Comercialização
				Externo	Interno	
VC	Instagram; Facebook	Adolescentes; jovens	Instrutores locais	Rodas de conversa	Patrimônio histórico	Trilhas
PC	Instagram	Geral	Instrutores locais	Oficinas de artesanato	Patrimônio histórico	Gastronomia; artesanato; trilhas
				Oficinas de pintura		
MTC	Instagram	Agricultores	Associados	Agricultura familiar	Agricultura	Produtos do campo
CIXK	Instagram	Indígenas	Comunidade	Cultura local	Direitos	Eventos
Coopcam	Instagram	Agricultores	Associados	Visitas técnicas	Educação financeira	Produtos do campo
EAFC	Instagram	Adolescentes, jovens, adultos	Instrutores locais	Educação ambiental; plantas típicas	Agroecologia	Caminhadas
AAGRA	Instagram	Agricultores	Associados	Práticas sustentáveis	Práticas sustentáveis	Restaurante

Fonte: elaboração própria

Os sentidos dos 6 indicadores – rede social, público-alvo, funções internas, conhecimento ao público interno, conhecimento ao público externo e comercialização – amadurecidos, emergiram 3 categorias, como o resultado da análise, ao alcançar saturação dos elementos e indicadores analisados, quando mais nada de novo foi identificado. Estas, foram:

i) “Público-alvo”, “conhecimento ao público externo” e “rede social”, constituíram a categoria “segmento de atuação”, por envolver os pilares da RSC, transparência, ética e impacto social, quando Pereira *et al* (2024) reconhece que a transparência comunica as práticas aos interessados, de modo claro, promovendo confiança e legitimidade. A ética, assegura que as práticas não são apenas para fins de *marketing* (*greenwashing*), o que enfraquece e prejudica as organizações dedicadas a promoverem mudanças (Santos, 2024). E o impacto social por refletir às mudanças reais na qualidade de vida e no equilíbrio socioambiental (Silva, 2018). Esses pilares impulsionam políticas sobre práticas em que as organizações se comprometam a melhorar sua reputação e atrair parcerias (Galvão, 2024);

ii) “Comercialização”, pois, conforme Klie (2023), a necessidade de mudança de mentalidade, de uma agricultura de subsistência para a de comercialização do seu excedente produtivo, reconhece a inovação sustentável como oportunidade para gerar valor de longo prazo, com estratégias de RSC resilientes ao meio ambiente. Neste sentido, ao se organizarem, os agricultores, associados e cooperados melhoram suas condições de trabalho, aumentam suas rendas e contribuem para a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo que promovem inclusão social, especialmente, segundo a ASA (2024), em regiões economicamente fragilizadas. A incorporação da dimensão econômica deve ocorrer de modo estruturado, reconhecendo que as organizações devem equilibrar o cumprimento das obrigações legais e econômicas e a promoção de valores éticos e sociais (Carroll, 1991); e

iii) “Funções internas” e “conhecimento ao público interno”, compuseram a categoria “Propósito”, quando, na agricultura, as práticas agroecológicas combinam produtividade e preservação ambiental nesses territórios que dependem dos recursos naturais para existir (Lima, 2019). Isso gera impacto social capaz de refletir mudanças reais na qualidade de vida comunitária e no equilíbrio ambiental (Júnior, 2022). Por conta disso, percebe-se, nas organizações participantes, uma motivação endógena, ou seja, o compromisso com o bem-estar dos membros e o impacto duradouro na comunidade local (Lins *et al*, 2019).

Quadro 11. Categorias finais do estudo

Segmento de atuação			Comercialização	Propósito	
Público-alvo	Conhecimento ao público externo	Rede social	Comercialização	Funções internas	Conhecimento ao público interno

Fonte: elaboração própria

5. Conclusão e Contribuições

Com o objetivo de identificar, em organizações da agricultura familiar do semiárido alagoano, ações com perspectivas de RSC, foi identificado que nenhuma das estudadas realiza, formalmente, tais ações. Porém, em seus cotidianos, suas ações revelam RSC, por refletir o engajamento entre comunidade e meio ambiente, tanto para a produção quanto comercialização, em relação aos aspectos: uso racional de recursos naturais; engajamento de colaboradores; contribuição para a

sustentabilidade; desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos; e apoio à iniciativas ambientais.

O fundamento teórico abordou sobre RSC, quando as organizações demonstram ações e práticas éticas, corporativas, ambientais e financeiras e, ao mesmo tempo, preservam a sustentabilidade ambiental local.

A metodologia, de abordagem qualitativa, tratou os dados secundários coletados por meio do método A.C. de Bardin (2010) ao identificar elementos, textos e imagens das redes sociais, amadurecidos aos indicadores e, destes, às três categorias finais – “segmento de atuação”, “comercialização” e “propósito” – como representativas para identificar ações de organizações do semiárido, sejam associações e/ou cooperativas, com perspectiva de RSC.

As limitações do estudo incluem a impossibilidade de visitas *in loco* às organizações, o que permitiria um aprofundamento das narrativas presentes nas redes sociais para confrontar os dados primários como entrevistas e observações diretas, capazes de emergir outros/ novos indicadores e categorias. Como sugestão para um estudo com dados secundários, neste formato, ampliar o número de organizações do semiárido alagoano e até de outros estados.

Referências Bibliográficas

AILOS. **História do Cooperativismo: conheça os principais marcos**. 2021. Disponível em: <https://blog.aiilos.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 21 dez. 2024.

ALBUQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. H. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 16, p. 273-285, 2002.

ALMEIDA, R. *et al.* O que é evidenciado no Brasil sobre a Responsabilidade Social Corporativa advinda da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) nos Formulários de Referência e Relatos Integrados? **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 3, 2018.

ANDRADE, M. resiliência das coalizões e erosão democrática: o caso do Programa Cisternas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024.

ASA. **Convivência com o Semiárido: tecnologias sociais**. Recife: ASA, 2024. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/tecnologias-sociais>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010

BONGIOVANNI, T; ANACLETO, W. **Impacto dos programas de investimentos sustentáveis na indústria bancária: uma análise de práticas e resultados**. Trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Centro universitário São Camilo, 2024.

BRASIL. **Delimitação do semiárido alagoano**. 2024. Disponível em: [file:///C:/Users/carlos/Downloads/Delimita%C3%A7%C3%A3o%20Semi%C3%A1rido%20Alagoano%20\(2024\).pdf](file:///C:/Users/carlos/Downloads/Delimita%C3%A7%C3%A3o%20Semi%C3%A1rido%20Alagoano%20(2024).pdf). Acessado em: 26/03/2025

CARROLL, A. The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. **Business horizons**, v.34, n.4, 39-48, 1991

CHAVES, C.; VIEIRA, F.; BERNARDO-ROCHA, E. Possibilidades e limites das ações de responsabilidade social em organizações cooperativas. In: **Encontro da ANPAD**, 2008. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/diversos/down_zips/45/EOR3190.pdf.

CHICOVELA, F. A transformação agrícola acelerada em Moçambique: implicações para o desenvolvimento sustentável na participação das mulheres no sector

- agrícola: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**, v. 4, n. Especial II, p. 504-517, 2024.
- DRUCKER, P. **Administrando para o Futuro: Os Anos 90 e a Virada do Século**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21th century business**. Oxford: Capstone Publishing, 1997.
- EMBRAPA. **A Embrapa**. 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- _____. **Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo**. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2464156/agricultura-familiar-e-a-difusa-conceituacao-do-termo>. Acessado em: 10/02/2025
- FACCIN, K.; MARTINS, B. Abordagem Processual em Pesquisa Qualitativa. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext**, v. 17, n. 1, p. 7, 2022.
- FERREIRA, R. **Orientação para o impacto social: dinâmicas de desenvolvimento em organizações do terceiro setor**. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2022.
- GALVÃO, S. **Liderança inclusiva e governança**. Senac: São Paulo, 2024.
- GOV.AL. **Lista dos municípios do Semiárido alagoano - 2021**. 2022. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/it/dataset/semiariado-alagoano/resource/91405a0f-d44d-4a8b-a64a-c5166bd24b70>. Acessado em 26/03/2025
- IBGE. **Indicadores Sociais do Semiárido Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores/semiariado>. Acesso em: 21 dez. 2024.
- INSA. **Caracterização do Semiárido Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://www.insa.gov.br/semiariado/caracterizacao>. Acesso: 21/12/24
- JÚNIOR et al. A influência da responsabilidade social corporativa na previsão de insolvência empresarial. **Base-Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 19, n. 1, p. 851-877, 2022.
- LIMA, C. Responsabilidade social interna em uma cooperativa. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 6, n. 12, 2019.
- LINS, G. **Desempenho de cisternas do P1MC no atendimento à demanda hídrica familiar: o caso do semiárido da Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2024.
- LINS, L. et al. Desenvolvimento sustentável no semiárido: a experiência da cooperativa agropecuária familiar de Curaçá, Uauá e Canudos – COOPERCUC. **Researchgate**, v. 3, 168-182, 2019.
- MACHADO, E. et al. Proposta de Framework sobre as relações entre estrutura e estratégia de responsabilidade social corporativa com dinâmicas. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, n. 1, p. 105-129, 2022.
- NOSKOSKI, L. et al. Práticas de responsabilidade social corporativa: um estudo de caso na COTRIPAL Agropecuária Cooperativa. **Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 11, n. 22, 2024.
- PEREIRA, M. et al. Governança corporativa e ética nos negócios: Garantia da Integridade e Transparência das Organizações. **GeTeC**, v. 18, 2024.
- ROSA, K. **Para onde vamos? Caso da organização coletiva de motoristas para além do cooperativismo de plataforma**. Dissertação (mestrado) – UFMG, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte: MG, 2024.

SANTOS, N. *et al.* Análise do Programa Cisternas nas Escolas sob a ótica da teoria ator-rede. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 20, n. 2, p.103-24, 2023.

SANTOS, A. **Marketing verde: análise da revista digital de uma empresa paranaense do ramo alimentício**. Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Toledo) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Engenharias e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, 2024.

SEBRAE. **Conheça as normas que regem as cooperativas**. 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-normas-que-regem-as-cooperativas,cc3b9e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso: 21 dez. 2024.

SEMENSATO, M. *et al.* Revisão sistemática de estudos sobre a autorregulação da aprendizagem da matemática no ensino superior. **Bolema: Boletim de Educação Matemática**, v. 37, p. 218-249, 2023.

SILVA, E. **Cooperativismo, o interesse pela comunidade e a promoção do desenvolvimento sustentável: um estudo na Cresol Vale Europeu**. Dissertação – UFSC – Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas. Florianópolis, 2021.

SILVA, M. **Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso da COOPAPI**. Biblioteca Digital dos Semiáridos, 2018. Disponível em: https://bdliis.ibict.br/bitstream/lis/80/1/Silva_Sustentabilidade%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20na%20agricultura.pdf. Acesso em: 21 dez. 2024.

SILVA, M. M.; GOMES, V. L. Capitalismo contemporâneo e responsabilidade social empresarial: breves notas a intervenção social corporativa na Amazônia paraense. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 9, n. 15, p. 58-69, 2024.

SIQUEIRA, J.; AVELAR, G.; ALCÂNTARA, V. Métodos qualitativos de pesquisa: explorando sentidos e temas em diferentes linhas de um programa de pós-graduação em administração. **Pesquisa Qualitativa**, v. 12, n. 32, p.400-24, 2024.

SOUZA, D. **Programas de transferência de renda e questão social: o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas**. Dissertação, Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade. UFAM: Manaus, 2024.

TORRES, V. *et al.* A proeminência das cooperativas para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 2, n. 1, 2024.

36º ENANGRAD